

Educação. Criado em 2006 pelo governador Geraldo Alckmin, o programa Escola em Tempo Integral chegou a ter 514 unidades no Estado, mas conta hoje com apenas 309, apesar da promessa de expansão; agora, governo promete remodelar proposta para 2013

SP reduz em 40% número de escolas do fundamental em período integral

Paulo Saldaña

Criado em 2006 por Geraldo Alckmin (PSDB) como aposta para o ensino fundamental, o programa Escola em Tempo Integral do Estado de São Paulo reduziu sua presença na rede em 40% e hoje está em apenas 309 escolas. A promessa sempre foi ampliar o projeto para todos os alunos do fundamental, mas, em direção oposta, o governo abandonou o modelo atual e agora desenha uma transformação para 2013.

Expandir o modelo para toda a rede não está mais nos planos da gestão – a promessa constava da última campanha de Alckmin. No sistema a ser implementado em 2013, o tempo integral será oferecido como opção.

A adesão de pelo menos 60% da comunidade escolar será critério para que a unidade ofereça a modalidade. Os familiares que não forem favoráveis poderão manter os filhos no modelo convencional, na mesma unidade. Nos casos em que mais de 90% dos pais optarem pelo programa, as unidades serão mantidas ou se tornarão de tempo integral. A Secretaria de Educação promete, entretanto, ampliar o número de escolas, mesmo sem detalhar a expansão.

Quando Alckmin assumiu o governo neste ano, encontrou 399 escolas no sistema – bem menos do que as 514 escolas de 2006. Mas o enxugamento se manteve em 2011 e outras 90 unidades saíram do projeto. A diminuição recente é atribuída à municipalização de escolas.

No sistema vigente de tempo integral, o aluno fica na escola das 7 horas às 16h10. Pela manhã, ele tem o currículo normal e à tarde, oficinas. O projeto acumulou problemas desde a implementação, feita de uma só vez em mais 500 escolas. Houve falta de material e professores des-treinados. Escola sem espaços adequados para receber um estu-



Cansaço. Alunos da escola Prof. Theodoro de Moraes, na capital, reclamam de tempo excessivo na sala

dante por tantas horas também se repetiram. As falhas chegaram até a Justiça e, em uma escola de Mirassol (a 452 km da capital), o programa foi suspenso por falta de estrutura.

Queixas. O governo diz ter investido R\$ 122 milhões em obras nessas escolas desde 2006. Mas a verba não foi suficiente para acabar com todos os transtornos. Segundo professores que pediram para não se identificar, ainda há casos de falta de material e inadequação de prédios. “A

Plano prevê carga diária de 7 horas em 50% dos colégios

● O Plano Nacional de Educação, em discussão na Câmara Federal, prevê a oferta de educação em tempo integral em 50% dos estabelecimentos públicos de educação básica urbanos e rurais até 2020. A oferta tem au-

mentado, mas, por enquanto, só 6% dos alunos têm sete horas diárias de jornada escolar.

O governo federal quer dobrar no ano que vem o número de escolas em seu programa, o Mais Educação. O Ministério da Educação pré-selecionou 14,2 mil novas escolas (que recebem recursos federais). Prefeitos e escolas precisam aderir ao programa, e o prazo vai até 15 de fevereiro do próximo ano. / P.S.

tória, arte e geografia, salas de leitura e informática e laboratórios de biologia, química, física e matemática. Além das disciplinas obrigatórias, eles contarão com outras eletivas, de acordo com a área de interesse.

Das 16 escolas, 2 estão na capital paulista, 4 na Região Metropolitana e no litoral. Essas unidades deverão atender a cerca de 8 mil alunos e o governo estadual prevê uma expansão posterior. A intenção é de que sejam 300 centros até o fim desta gestão, em 2014.

A presidente do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), Maria Izabel Noronha, olha com desconfiança para a medida, que considera insuficiente. “Continua um grande marketing, como foi o outro (do ensino fundamental). Foca em apenas 16 escolas que serão boas. Nas demais, falta tudo.”

Técnico. Outra medida da secretaria estadual para intensificar a oferta de tempo integral é a Rede Ensino Médio Técnico. O projeto vai articular o ensino mé-

tarde, deveria haver oficinas e jogos, mas não tem material. Até para dobradura não chega”, diz um professor, há três anos no projeto. “Os alunos ficam oito horas sentados, não aguentam.”

Entre os alunos, a sensação é a mesma. “Eu tenho aula de computação e é legal. Mas às vezes fica cansativo, é muito tempo dentro da sala”, diz Ystefani Cerbelo, de 10 anos, aluna da escola Prof. Theodoro de Moraes, na zona leste da cidade de São Paulo. A mãe dela, Romilda, de 36, aprova o modelo. “Pelo menos eles

diário regular à educação profissional técnica – o aluno cursará normalmente o currículo do ensino médio e, à tarde, terá a educação profissionalizante. Serão 243 unidades na rede já no ano que vem.

A preocupação com tempo integral faz parte, segundo o governo, dos esforços para colocar o sistema educacional de São Paulo entre os 25 melhores do mundo até 2030. Hoje, é o 53.º entre 65, considerando simulação que apresenta São Paulo como um país no Programa Internacional de Avaliação (Pisa). / P.S.

não ficam na rua.”

Mudanças. Atualmente, o currículo conta com oito oficinas obrigatórias – dadas além do currículo normal. No novo modelo, serão duas: hora da leitura e experiências matemáticas. As demais, como artes, modalidades esportivas e até educação para o trânsito, serão eletivas.

A secretaria promete atenção nos educadores, como formação continuada e melhor articulação entre as oficinas e aulas regulares. Para a professora Ana Maria Cavaliere, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o tempo suplementar precisa ter qualidade. “A escola é uma só e o horário é um só. Não é somente aulas convencionais o dia inteiro, mas tem de ter projeto, coerência e metodologia. Não basta ocupar o tempo.”

Segundo ela, que é pesquisadora do ensino integral, só é possível estender o modelo para toda uma rede com muito o investimento. “É preciso quase dobrar o parque de prédios escolares.” As 309 escolas de tempo integral atendem a 76.381 alunos dos ciclos 1 e 2 do ensino fundamental.

* **Bastidores:** Paulo Saldaña

Projeto iniciado em ano eleitoral priorizou quantidade

Em vez de a experiência de seis anos da educação integral no ensino fundamental ser aproveitada agora para o novo projeto do ensino médio, o que ocorre é o contrário. É o novo programa, ainda a ser iniciado no próximo ano, que vai orientar as mudanças no fundamental.

A explicação para isso já aparecia nas críticas desde 2006: a forma intempestiva de como o plano foi implementado, o que colaborou com seu esvaziamento e mudanças já previstas para 2013. “Fizeram um projeto para impactar na quantidade, sem planejamento”, disse ao **Estado** uma ex-integrante do primeiro escalão da Secretaria de Educação, que atuou no período posterior ao lançamento do projeto. “Não havia estrutura, foi uma coisa imposta e a própria rede se ressentiu.”

A ideia inicial dentro da secretaria era de que o programa começasse em cerca de cem unidades. Mas, em ano eleitoral, decidiu-se partir de uma vez para 514 escolas. No governo José Serra (PSDB), entre 2007 e 2010, o número de escolas foi caindo, mas, apesar de ainda ter problemas, resistiu da mesma forma. Autor do projeto – ao lado do ex-secretário Gabriel Chalita (PMDB) –, Alckmin o defendeu novamente na eleição. Mas, depois de um ano de governo, vem a reformulação.

Ensino médio estendido começará em 16 unidades

Ao contrário do realizado nas escolas de ensino fundamental, cujo programa de tempo integral começou em 514 escolas, a nova modalidade de educação integral voltada para o ensino médio terá uma espécie de projeto-piloto. Começa no ano que vem em apenas 16 escolas espalhadas pelo Estado.

As unidades contarão com professores em dedicação exclusiva. Outra diferença é a integração das disciplinas do currículo.

O novo modelo de ensino médio terá jornada ampliada de seis para nove horas e meia, incluindo três refeições diárias. A estrutura das escolas deve contar com salas temáticas de português, his-